



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

DECISÃO

ASSUNTO: Recurso Administrativo

REFERÊNCIA: Pregão Eletrônico nº 172/2021

OBJETO: Prestação de serviços de manutenção de Áreas Verdes

PROCESSO LICITATÓRIO: 1038890/2021

RECORRENTE: Consórcio SA Ambiental e Litucera

I. DO RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pelo **CONSÓRCIO SA AMBIENTAL E LITUCERA**, constituído das empresas SA Gestão de Serviços Especializados Ltda. e Litucera Limpeza e Engenharia Ltda., doravante denominada Recorrente, contra a decisão da Pregoeira Municipal, que declarou vencedora a empresa **EMEC OBRAS E SERVIÇOS LTDA.** no certame em referência.

Em síntese, aduz a Recorrente que a empresa declarada vencedora não atendeu aos requisitos do edital, visto que apresentou documentação de qualificação econômico-financeira em desconformidade com o exigido no instrumento convocatório. Alega ainda, supostas irregularidades na planilha de composição de preços apresentada pela referida empresa.

Por fim, sustenta que tais falhas não seriam passíveis de resolução através da realização de diligências.

Aberto o prazo de Contrarrazões, a empresa **EMEC OBRAS E SERVIÇOS** apresentou seu memorial, rebatendo os argumentos da Recorrente.

Remetidos os autos à Pregoeira Municipal para manifestação, essa se manifestou nos termos do relatório acostado aos autos.

É o relatório, em apertada síntese.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

II. DA FUNDAMENTAÇÃO

Examinando os autos, identifico que a irresignação da Recorrente consiste em discordar da decisão que resultou na declaração de vencedor da empresa EMEC Obras e Serviços no certame em referência.

Em que pese o esforço empreendido pela Recorrente, no sentido de defender o vício na decisão em comento, tenho que razão não lhe assiste. Explico:

Ab Initio, é imperioso ressaltar que todos os julgados da Administração Pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (grifei)

Dito isto, passa-se a análise do mérito do recurso interposto pelo Consórcio SA Ambiental e Litucera.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

Inicialmente, aduz a Recorrente que os vícios identificados na documentação da empresa vencedora não poderiam ser sanados em sede de diligência, visto que o Art. 43, §3º, da Lei 8.666/93 veda a apresentação de documentos que deveria constar originalmente da proposta.

Pois bem, segundo relatório da Pregoeira Municipal, os atos praticados no decorrer do procedimento licitatório foram todos devidamente fundamentados e disponibilizados aos licitantes, e que a decisão adotada no saneamento da documentação da empresa vencedora, está amparada pelo Acórdão do TCU nº 1.211/21 - Plenário.

O referido Acórdão dispõe o seguinte:

"Como visto, a interpretação literal do termo "[documentos] já apresentados" do art. 26, §9º, do Decreto 10.024/2019 e da vedação à inclusão de documento "que deveria constar originariamente da proposta", prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 pode levar à prática de atos dissociados do interesse público, em que o procedimento licitatório (meio) prevalece e ganha maior importância que o resultado almejado, qual seja, a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração (fim).

(...)

Assim, nos termos dos dispositivos citados, inclusive do art. 64 da Lei 14.133/2021, entendo não haver vedação ao envio de documento que não altere ou modifique aquele



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

anteriormente encaminhado. Por exemplo, se não foram apresentados atestados suficientes para demonstrar a habilitação técnica no certame, talvez em razão de conclusão equivocada do licitante de que os documentos encaminhados já seriam suficientes, poderia ser juntado, após essa verificação no julgamento da proposta, novos atestados de forma a complementar aqueles já enviados, desde que já existentes à época da entrega dos documentos de habilitação.

(...)

Isso porque admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).

(...)

Conforme exposto, a regra é a apresentação da documentação de habilitação até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, nos termos do art. 26, caput, do Decreto 10.024/2019, a fim de conferir maior celeridade ao procedimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

Excepcionalmente, o art. 47 do normativo já abre a possibilidade, tanto na fase de julgamento das propostas, quanto da avaliação da habilitação, de o pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes. O art. 17, inciso VI, por sua vez, estabelece que o aludido ato é dever do pregoeiro. E o art. 8º, inciso XII, alínea "h", determina que conste expressamente na ata da sessão pública a decisão do pregoeiro acerca do saneamento de erros ou falhas na proposta ou na documentação.

Ademais, a Lei 10.520/2002, ao descrever a fase externa do pregão presencial, não proíbe a complementação da documentação de habilitação, tampouco veda a inclusão de novo documento.

Da interpretação sistemática dos dispositivos, conclui-se que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021, deve se restringir ao que o licitante não dispunha materialmente no momento da licitação, não alcançando documento ausente que se refira à condição atendida no momento de apresentação da proposta, não entregue juntamente com os demais documentos de habilitação e da proposta por equívoco ou falha.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

Ratificando esse entendimento, o art. 64, inciso I, da Lei 14.133/2021 (ainda não-vigente) admite expressamente a possibilidade de diligência para a complementação de informações necessárias à apuração de fatos existentes à época da abertura do certame."

(...)

Resta, ainda, identificar a abrangência do procedimento de saneamento de "erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica" previsto no art. 47 do Decreto 10.024/2019.

O art. 26, §9º, do mesmo normativo estabelece que "os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o § 2º do art. 38".

Já o art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993, aplicado subsidiariamente ao Pregão, dispõe que "é facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta".



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

O art. 2º, §2º, do Decreto 10.024/2019, por sua vez, reproduziu o mesmo texto do art. 4º, parágrafo único, do Decreto 3.555/2000: "as normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação".

Como visto, a interpretação literal do termo "[documentos] já apresentados" do art. 26, §9º, do Decreto 10.024/2019 e da vedação à inclusão de documento "que deveria constar originariamente da proposta", prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 pode levar à prática de atos dissociados do interesse público, em que o procedimento licitatório (meio) prevalece e ganha maior importância que o resultado almejado, qual seja, a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração (fim).

Imperioso observar que, visto por este prisma, a interpretação literal desses comandos legais vai contra o entendimento da jurisprudência deste Tribunal, no sentido de que o edital não constitui um fim em si mesmo. Cito caso semelhante à situação ora tratada em que, por meio do Acórdão 1.758/2003-TCU-Plenário, de minha relatoria, o TCU considerou regular a inclusão de documentos no processo licitatório, no ato da sessão, conforme autorizado pela



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

pregoeira, no exercício de suas regulares atribuições, tratadas no art. 11, incisos XIII e XIV, do Decreto 3.555/2000.

O edital de licitação constitui instrumento para a consecução das finalidades do certame licitatório, quais sejam, assegurar a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração e a igualdade de oportunidade de participação dos interessados, nos termos do art. 3º, caput, da Lei 8.666/93. Dessa maneira, a interpretação e a aplicação das regras estabelecidas devem ter por norte o atingimento dessas finalidades, evitando-se o apego a formalismos exagerados, irrelevantes ou desarrazoados, que não contribuam para esse desiderato.

(...)

Em alinhamento com esse entendimento, a vedação à inclusão de documento "que deveria constar originariamente da proposta", prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993, deve se restringir ao que o licitante não dispunha materialmente no momento da licitação. Caso o documento ausente se refira a condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, e não foi entregue juntamente com os demais comprovantes de habilitação ou da proposta por equívoco ou falha, haverá de ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

Isso porque admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).

(...)

Ademais, a Lei 10.520/2002, ao descrever a fase externa do pregão presencial, não proíbe a complementação da documentação de habilitação, tampouco veda a inclusão de novo documento.

Da interpretação sistemática dos dispositivos, conclui-se que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021, deve se restringir ao que o licitante não dispunha materialmente no momento da licitação, não alcançando documento ausente que se refira à condição atendida no momento de apresentação da proposta, não entregue juntamente com os demais documentos de habilitação e da proposta por equívoco ou falha. (grifei)

(...)



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

Pelo entendimento do Tribunal de Contas da União na atualidade a discussão progride no sentido de que a vedação à inclusão de documento ou informação "que deveria constar originariamente da proposta", prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, **deve se restringir ao que o licitante não dispunha materialmente no momento da licitação.**

Ou seja, a vedação não abarcaria condição atendida pelo licitante quando da apresentação da proposta e que não foi apresentada em conjunto com os demais comprovantes de habilitação ou da proposta, por equívoco ou falha – hipótese na qual a Pregoeira deverá promover o saneamento do erro.

Isso porque, ressaltamos, no atual entendimento do Tribunal de Contas da União, **admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes,** sempre primando para o objetivo central da licitação, qual seja, **a seleção da proposta mais vantajosa, observado procedimento isonômico.**

Outrossim, o Ministro do Superior Tribunal Federal, em seu voto, quando do julgamento do RMS 23.714-1, mencionou que ***"Assim sendo, a vinculação ao instrumento editalício deve ser entendida sempre de forma a assegurar o atendimento do interesse público, repudiando-se que se sobreponham formalismos desarrazoados"*** [Precedente: STF, 1ª Turma, RMS 23714, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, DJe 13.10.2000].

Vale lembrar que o rigorismo formal na interpretação do edital não pode vir em prejuízo à viabilidade de concorrência e à possibilidade de ser selecionada a melhor oferta à Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

A vedação ao formalismo exagerado há muito é orientada pelo Tribunal de Contas da União:

Constitui-se excesso de rigor a desclassificação de licitantes por conta de erro formal na apresentação da proposta e da documentação exigida. (Acórdão 1924/2011-Plenário | Relator: RAIMUNDO CARREIRO) (Grifou-se)

É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame. (Acórdão 1795/2015-Plenário | Relator: JOSÉ MUCIO MONTEIRO) (Grifou-se)

Na falta de documento relativo à fase de habilitação em pregão que consista em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, deve o pregoeiro conceder-lhe prazo razoável para o saneamento da falha, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade, bem como ao art. 2º, caput, da Lei 9.784/1999. (Acórdão 988/2022-Plenário | Relator: ANTONIO ANASTASIA) (Grifou-se)



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

Ora, não se pode perder de vista que a licitação se destina, a um só tempo, a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração (princípio da vantajosidade), e bem assim garantir a igualdade de participação entre os eventuais interessados em contratarem com o Poder Público (princípio da isonomia), não tendo a irregularidade ora enfrentada incorrido em afronta a qualquer dos dois escopos a serem perseguidos no curso do processo licitatório.

Como se vê, a jurisprudência caminha no sentido de conferir interpretação à legislação, sempre buscando a satisfação do interesse público e a observância dos princípios da proporcionalidade e economicidade.

Diante do exposto, tenho que a Pregoeira Municipal agiu corretamente ao realizar diligência, almejando sanar as falhas identificadas, na busca da proposta mais vantajosa.

De outro giro, a respeito da alegação atinente à qualificação econômico-financeira, cumpre trazer à baila as exigências do instrumento convocatório:

9.3.5. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.3.5.1. Para comprovação da boa situação financeira da Licitante, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

(...)

II. CÓPIAS DAS FOLHAS DO LIVRO DIÁRIO relativo ao último exercício exigível, devidamente registrado no Órgão Competente e apresentado na forma da Lei, onde se encontram transcritos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

- a) Termo de Abertura;
- b) Termo de Encerramento;
- c) Balanço Patrimonial;
- d) Demonstração de Resultado do Exercício;
- e) A Licitante obrigada a publicar suas peças contábeis deverá apresentar os documentos relacionados nas alíneas "a" e "b" acima, bem como cópia da referida publicação onde conste o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício.

9.3.5.2. A boa situação financeira da licitante será verificada pela Administração com base nos documentos apresentados conforme o inciso II do item 9.3.5.1 deste Edital, nos seguintes moldes:

I. O Índice de Liquidez Corrente é o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante, conforme abaixo:

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

II. O Índice de Liquidez Geral, correspondente ao quociente da soma do Ativo Circulante com Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

III. O Índice de Solvência Geral, correspondente ao quociente do Ativo Total pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

$$\text{ISG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

9.3.5.3. Será habilitada a empresa que apresentar:

I. Índice de Liquidez Corrente - igual ou maior que 1,0;

II. Índice de Liquidez Geral - igual ou maior que 1,0;

III. Índice de Solvência Geral - igual ou maior que 1,0.

9.3.5.4. As empresas deverão COMPROVAR CAPITAL SOCIAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO, no mínimo de 10% (dez por cento) do valor ESTIMADO para o período de 12 (doze) meses de contratação, perfazendo o valor mínimo de R\$ 4.527.312,12 (quatro milhões, quinhentos e vinte e sete mil, trezentos e doze reais e doze centavos), conforme determina a Lei nº 8666/93, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei.

Desta forma, visando a análise dos índices contábeis, o Edital estabelece a necessidade de entrega do livro diário (em cópia) onde conste: Termo de Encerramento, Balanço Patrimonial,



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

Demonstração de Resultado do Exercício e Publicação de suas peças, quando for o caso.

É com base na análise desses documentos que a Administração verificará o atendimento das licitantes aos índices mínimos estabelecidos, conforme fórmulas disponibilizadas no subitem 9.3.5.2 do instrumento convocatório.

Ressalte-se, neste momento, que a Pregoeira Municipal recorre ao corpo técnico da Administração, que conta com Analista Contábil, para analisar e apurar os documentos contábeis exigidos no Edital.

Da análise, realizada pela profissional tecnicamente competente, dos documentos de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa vencedora, constatou-se que essa se encontrava apta sob este aspecto, conforme documento acostado à seq. 243.

Ademais, por se tratar de alegação pertinente a questão de cunho econômico-financeiro, a Analista Contábil do Município, Sra. Edinete Alves Meirelles se manifestou, rebatendo os argumentos da Recorrente, o qual transcrevo seus principais trechos:

(...) Respeitosamente, ao analisar o profundo estudo acerca do tema "Balanço Patrimonial" trazido pelas empresas consorciadas, através do recurso em tela, cujos argumentos foram pautados nas resoluções do i. Conselho Federal de Contabilidade, inferimos a notória insatisfação da requerente no que tange às



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

exigências, de cunho econômico-financeiro, constante no Edital de Licitação nº 172/2021.

Entendemos que tais apontamentos são intempestivos, porquanto é consabido que os procedimentos licitatórios são realizados por fases, não cabendo, na fase recursal, alegações que remetam à intenção de alteração das regras do edital, não podendo ser confundida com a fase de impugnação devidamente prevista.

Primordial lembrarmos que nenhum documento pode ser solicitado na habilitação, sem a prévia previsão no Edital, inclusive, é esta a conclusão do Acórdão Nº 11030/2019 - TCU, mencionado pela recorrente, tendo em vista que a exigência indevida, afrontaria o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

(...)

A habilitação econômico-financeira da EMEC foi pautada numa análise objetiva e direta, com demonstrações contábeis na "forma da Lei", sendo essas essenciais para extração dos índices, como orienta e limita o Art. 31 da Lei 8.666/93:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

*I - **Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já***



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta; (grifamos)

§ 1º - **A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira** do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade. (grifamos)

Os índices financeiros estabelecidos no edital são usuais e geralmente utilizados nos processos licitatórios, como podemos constatar por meio da Instrução do Governo Federal, **IN/SEGES-MP Nº 3/2018:**

Art. 22. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de **índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)**, resultantes da aplicação das fórmulas:

$$I - \text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante);

e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante)

Parágrafo único. É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação. (Incluído pela IN nº 10, de 2020)

O Livro Diário apresentado pela EMEC se refere à ECD - Escrituração Contábil Digital gerada a partir do SPED - Sistema Público de Escrituração Digital, cuja a questão da entrega na "forma da Lei", deve ser acompanhada sob a ótica da IN/RFB Nº 2.003/2021, que dispõe sobre o assunto e estabelece:

Art. 6º A autenticação dos livros e documentos que integram a ECD das empresas mercantis e atividades afins subordinadas às normas gerais prescritas na Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, será comprovada pelo recibo de entrega da ECD emitido pelo Sped, dispensada qualquer outra autenticação.

Art. 2º - Parágrafo único. Os livros contábeis e documentos mencionados no caput devem ser assinados digitalmente, com



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), a fim de garantir a autoria, a autenticidade, a integridade e a validade jurídica do documento digital.

(...)

Dessa forma, entendemos que as peças do Livro Diário entregues pela EMEC, estão de acordo com a Legislação e Normas pertinentes, sendo infundadas as questões relatadas pela requerente.

Oportuno também retornar a temática "finalidades intrínsecas" relacionadas pela recorrente, e transcrita às fls. 03 desta manifestação, as quais podemos esclarecer:

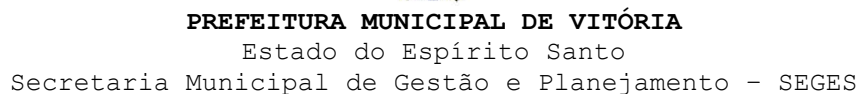
1) Assinaturas do contador e representante legal nas demonstrações:

Verificamos que os documentos contábeis foram assinados digitalmente conforme constatado abaixo:

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:				
QUALIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE
Administrador	02460624794	FABIO SAADI JUNGER: 02460624794	133393353133849838708 615292888057463334	20/05/2022 a 20/05/2023
Contador/Contabilista	03626111733	FABIO SANTOS SILVARES:03626111733	1846018040102654840	11/05/2021 a 11/05/2024

2) Identificação do livro Diário:

O livro apresentado segue a formatação da Escrituração via SPED, conforme demonstrado:



3) Prova de Registro das Demonstrações na Junta Comercial ou Cartório:

O Registro da Escrituração via SPED é realizado mediante o envio do arquivo com o devido número do recibo, conforme estabelece a IN IN/RFB N° 2.003/2021.

44.48.67.67.33.68.E9.B0
67.D9.E9.7F.B4.21.88.B5

4) Demonstrar escrituração Contábil/Fiscal/Pessoal regular:

Foi verificada a autenticidade da identificação (HASH), conforme segue, estando disponível a consulta no link: <http://www.sped.fazenda.gov.br/appConsultaSituacaoContabil/>.

Página 20 de 27



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

5) *Boa Situação Financeira, fundamentado no inciso V, do art. 7.1, da IN/MARE 05/95:*

A Instrução 05/1995 foi revogada, estando vigente a IN/RFB Nº 2.003/2021.

Consta nos autos a análise da situação financeira da EMEC nos moldes indicados pela recorrente.

Processo nº 1038890/2021
SEGES/GCL

A
SEGES/EP

ANÁLISE ECONOMICO-FINANCEIRA

Tomando como base o Edital de Pregão Eletrônico Nº 172/2021, procedemos à análise da documentação econômico-financeira da Empresa EMEC - OBRAS E SERVIÇOS LTDA, conforme segue:

FÓRMULA	DADOS	ÍNDICE
LC = $\frac{AC}{PC}$ =	$\frac{24.322.654,07}{8.531.595,64}$	2,85
LG = $\frac{AC + ARLP}{PC + PELP}$ =	$\frac{27.642.664,24}{16.539.183,33}$	1,67
SG = $\frac{Ativo Total}{PC + PELP}$ =	$\frac{34.173.088,19}{16.539.183,33}$	2,07

Capital Social =	R\$	3.800.000,00
Patrimônio Líquido -	R\$	17.633.904,86

Destarte, quanto ao aspecto formal e legal, o Livro Diário de nº 44 (termo de abertura, e encerramento, balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício) da EMEC, foi devidamente assinado, sendo apurado o resultado positivo no critério de qualificação econômico-financeira da licitante.

(...)

A EMEC - OBRAS E SERVIÇOS LTDA apresentou as demonstrações contábeis referente ao Livro diário digital nº 44, sendo verificada sua



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

autenticidade sob a ótica das normatizações e formalidades aplicadas à ECD - Escrituração Contábil Digital via Sistema Público Digital - SPED.

Importante ressaltar que os documentos em questão são apenas partes do Livro Diário digital, porquanto, o edital nº 172/2021 faz alusão aos Termos de abertura/encerramento, balanço patrimonial e resultado do exercício, os quais permitiram a conferência de sua autenticidade através do Recibo de Entrega ao órgão competente, conforme preconiza o Artigo 6º da Instrução Normativa da Receita Federal de nº 2.003/2021.

Vale esclarecer que a adoção dos documentos elencados no edital 172/2021 estão dentro dos limites da Lei 8.666/93 e não comprometeram a verificação dos índices econômicos ali estabelecidos, os quais são usuais, seguindo a IN/SEGES-MP Nº 3/2018.

Informamos ainda que as Demonstrações contábeis exigidas são suficientes para aplicação das fórmulas fornecidas no item 10.3.5.2 do Edital 172/2021 (LG, LC e SG), sendo verificado resultado positivo em todas elas, ou seja, maior que 1 (um).



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

Ante todo exposto, entendemos que a empresa EMEC - OBRAS E SERVIÇOS LTDA, smj, ATENDEU aos requisitos relativos à habilitação econômico-financeira conforme critérios definidos no edital de pregão eletrônico nº 172/2021.
(grifei)

Dessa forma, sobretudo em razão da manifestação da Analista Contábil, não merece prosperar a alegação da Recorrente de que a empresa vencedora não atendeu as exigências de qualificação econômico-financeira estabelecidas no instrumento convocatório.

Por fim, no que diz respeito à alegação de suposto vício na proposta comercial da empresa vencedora, a Secretaria de Meio Ambiente verificou a existência de equívocos sanáveis na proposta comercial, razão pela qual, com base na reiterada jurisprudência do Tribunal de Contas da União solicitou que fossem procedidas as correções na planilha de composição de custos da vencedora.

Cumpre trazer à baila trecho da manifestação da secretaria requisitante:

Ocorre que após detida análise da proposta, entendemos que os equívocos cometidos pela Emec Obras e Serviços Ltda. são sanáveis, ensejando não só a possibilidade, mas também a necessidade de que seja permitida a sua correção, conforme iterativa jurisprudência do Tribunal de Contas da União. Vejamos:

(...)



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

A mera existência de erro material ou de omissão na planilha de custos e de formação de preços da licitante não enseja, necessariamente, a desclassificação antecipada da sua proposta, devendo a Administração promover diligência junto ao interessado para a correção das falhas, sem permitir, contudo, a alteração do valor global originalmente proposto. [Acórdão 370/2020-Plenário | Relator: MARCOS BEMQUERER]

Erros no preenchimento da planilha de preços unitários não são motivos para a desclassificação de licitante, quando a planilha puder ser ajustada sem majoração do preço global ofertado. [Acórdão 898/2019-Plenário | Relator: BENJAMIN ZYMLER]

A existência de erros materiais ou de omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratante realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto. Cabe à licitante suportar o ônus decorrente do seu erro, no caso de a Administração considerar exequível a proposta apresentada. [Acórdão 2546/2015-Plenário | Relator: ANDRÉ DE CARVALHO]



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

Não restando configurada a lesão à obtenção da melhor proposta, não se configura a nulidade do ato. Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado. [Acórdão 1811/2014-Plenário | Relator: AUGUSTO SHERMAN]

Ademais, cumpre registrar que é pacífico na jurisprudência do TCU que a planilha de custos possui caráter acessório, subsidiário, numa licitação em que o critério de avaliação das propostas é o de menor valor global.

Assim, tendo em vista o caráter acessório das planilhas orçamentárias, a Administração tem o dever de promover diligência junto ao interessado para a correção de erros materiais sanáveis na proposta comercial, desde que não haja alteração do valor global da proposta.

Ademais, corroborando o entendimento acima exposto, tem-se que as normas que regem o processo licitatório devem sempre ser interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

Sendo assim, foi solicitado à empresa EMEC Obras e Serviços que apresentasse a Planilha de Composição de Preços retificada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

Realizadas as correções solicitadas, conforme Planilha Orçamentária acostada à seq. 262 dos presentes autos, a Secretaria de Meio Ambiente se manifestou nos seguintes termos:

(...) Após detida análise à planilha encaminhada pela Emec Obras e Serviços Ltda. em atendimento à diligência solicitada na seq. 261, observamos que a licitante declarada vencedora atendeu à solicitação, adequando o dimensionamento dos itens poda de árvore 1, equipe basculante, cesto aéreo 13 metros, cesto aéreo 20 metros, área livre completa, tratamento fitossanitário, produção de mudas, irrigação noturna à disposição, irrigação noturna, irrigação diurna à disposição, irrigação diurna, conforme estabelecido no Edital.

Além disso, a Emec Obras e Serviços Ltda. aduziu que a proposta encaminhada não é eivada de qualquer desequilíbrio na aferição de lucro.

(...)

Concluimos, portanto, que a proposta da Emec Obras e Serviços Ltda., de menor valor, é exequível, uma vez que procedidas as correções solicitadas.

Por estas razões, não merece prosperar o recurso apresentado pelo Consórcio S.A. Ambiental e Litucera, confirmando-se a



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEGES

declaração da Emec Obras e Serviços Ltda como
vencedora do certame. (grifei)

Desta forma, sobretudo em razão da manifestação da Secretaria de Meio Ambiente (SEMMAM), não merece prosperar a alegação da Recorrente de vícios insanáveis na proposta comercial da empresa vencedora.

Assim, tendo em vista a demonstração inequívoca de cumprimento por parte da empresa **EMEC OBRAS E SERVIÇOS**, das exigências editalícias de habilitação, outra não poderia ser a decisão da Pregoeira Municipal que não a de declará-la vencedora do certame, afinal, deixar de contratá-la seria prejudicial à Administração, confrontando, entre outros, com os princípios da economicidade e da proposta mais vantajosa.

Não restam dúvidas, portanto, de que a aceitação e habilitação da empresa **EMEC OBRAS E SERVIÇOS** afigura-se patentemente LEGAL, podendo e devendo ser mantida.

III. DO DISPOSITIVO

Diante do exposto, conheço do recurso interposto pela Recorrente, porquanto preenchidos os requisitos de admissibilidade. No mérito, **NEGO-LHE PROVIMENTO**, nos termos da fundamentação delineada.

Vitória/ES, 31 de março de 2023.

Anckimar Pratissolli
Autoridade Competente da Central de Licitações, Compras e Contratos

O documento foi adicionado eletronicamente por ANCKIMAR PRATISSOLLI, CPF: ***.08.467-** em 31/03/2023 16:35:29. Para verificar a autenticidade do documento, vá ao site <https://protocolo.vitoria.es.gov.br/validacao/> e utilize o código abaixo:
C66969E0-048D-4654-BEC5-2DBE38ADFD4C